

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2026-02-16

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Costa, A. F. & Mauritti, R (2025). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. In Renato Miguel do Carmo, Susana da Cruz Martins, Patrícia Ávila (Ed.), CIES 40 Anos: Antologia de estudos sobre Portugal democrático. (pp. 53-73). Lisboa: Mundos Sociais.

Further information on publisher's website:

<https://www.mundossociais.com/livro/cies-40-anos/144>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Costa, A. F. & Mauritti, R (2025). Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa. In Renato Miguel do Carmo, Susana da Cruz Martins, Patrícia Ávila (Ed.), CIES 40 Anos: Antologia de estudos sobre Portugal democrático. (pp. 53-73). Lisboa: Mundos Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Capítulo 4

Classes sociais e interseções de desigualdades Portugal e a Europa

António Firmino da Costa e Rosário Mauritti

Introdução: intensificação das desigualdades

Recentemente, a esfera pública tem vindo a descobrir, algo surpreendida, que afinal as desigualdades ainda são um problema grave na sociedade contemporânea. Mais ainda, que se está a verificar atualmente uma intensificação das desigualdades sociais.

Este novo agravamento das desigualdades traz consigo um cortejo de implicações muito negativas, na vida das pessoas e na organização das sociedades. Várias dessas implicações vão-se tornando cada vez mais reconhecidas: concentração desmedida e acelerada de riqueza, rendimento e poder; desregulação e precarização do trabalho; recrudescimento de polarizações sociais e clivagens acentuadas; bloqueio e insegurança das gerações jovens, nomeadamente quanto a emprego, condições de vida e projetos de futuro; interrupção da mobilidade social ascendente, que até há pouco era entendida implicitamente como horizonte socialmente esperado; alastramento da experiência ou ameaça de mobilidade social descendente; recessão, estagnação e dificuldade de crescimento económico; derivas autoritárias que vão desgastando as liberdades e esvaziando a democracia. Algumas destas dinâmicas figuram como causas ou como consequências do agravamento atual das desigualdades. Na maior parte dos casos encadeiam-se entre si, em ciclos perversos geradores de acréscimo inigualitário.

A recente surpresa quanto ao agravamento atual das desigualdades tem irrompido não só na esfera pública (meios de comunicação, redes sociais, agentes políticos, comentadores públicos) mas tem também abalado alguns cientistas sociais (de várias áreas disciplinares) que, nas últimas décadas, tinham aderido à noção de que as desigualdades sociais se tinham esbatido nas sociedades da modernidade avançada ou, em todo o caso, que já não seriam problema social relevante.

Alguns outros salientavam — aliás com toda a pertinência — que nas sociedades contemporâneas se verificavam desigualdades socioculturais relevantes e preocupantes, da ordem da discriminação categorial e da discriminação de reconhecimento identitário (discriminações de género, idade, étnico-raciais, estilo

de vida, orientação sexual, etc.). Contudo, entendiam que as desigualdades de carácter estrutural, designadamente socioeconómicas e de poder, estavam basicamente ultrapassadas; ou, noutros termos, que as desigualdades estruturais de classes se tinham dissipado no tecido social.

Acontece que, nos anos mais recentes, dois elementos de fundo têm vindo a alterar profundamente a perceção pública do problema. Por um lado, a Grande Recessão financeira, económica e social, desencadeada a partir de 2007/2008 e as políticas de austeridade subsequentes constituíram-se quer como importantes fatores de agravamento das desigualdades, em especial das desigualdades económicas e de poder, quer também como reveladores chocantes junto da perceção pública acerca da situação agravada de desigualdade estrutural a que se chegou nas sociedades atuais.

Por outro lado, nas ciências sociais, apesar de um certo alheamento da problemática por parte de alguns sectores, foram-se acumulando muitas outras análises e resultados elucidativos a respeito da desigualdade estrutural nas sociedades atuais. Basta referir a obra de sociólogos e economistas de referência como Bourdieu (1979), Tilly (1998), Frazer (2008), Therborn (2013), Savage (2015) e Dorling (2017) ou como Piketty (2014), Atkinson (2015), Reich (2015), Stiglitz (2015) e Milanovic (2016).

Estes, e muitos outros, tinham obtido e têm vindo a conseguir importantes avanços de conhecimento, prosseguindo na identificação, monitorização e análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas. Deste modo, têm renovado as agendas de investigação das ciências sociais, retomando a importância da análise das desigualdades estruturais. Têm também contribuído para que a perceção pública e o debate político tenham vindo a redescobrir as desigualdades e a darem-se conta da intensificação das desigualdades.

Classes sociais e multidimensionalidade das desigualdades

Grande parte das análises sociológicas sobre desigualdades, desde os autores clássicos da sociologia, tem-se centrado em dois focos analíticos principais: nas desigualdades de classes sociais e na multidimensionalidade das desigualdades sociais. As controvérsias a este respeito foram inúmeras na história da sociologia, muitas vezes em termos mutuamente exclusivos. No entanto, a resultante atual mais pertinente e produtiva, desenvolvida em teorias e pesquisas muito variadas, tende a conjugar estes dois focos de análise, segundo formas diversificadas de conceptualização convergente.

Nesta perspetiva, alguns sociólogos têm proposto incorporar, no âmbito do próprio conceito de estrutura de classes, um conjunto alargado de dimensões, não só socioeconómicas e socioprofissionais mas também educativas, culturais, simbólicas, redes relacionais e outras (Bourdieu, 1979; Savage, 2015). Outros têm preferido circunscrever o conceito de estrutura de classes ao âmbito das relações sociais de propriedade e trabalho, incluindo também as relações desiguais de poder organizacional e recursos de qualificação na esfera profissional (Wright, 1997; Goldthorpe, 1980). Alguns tendem também a enfatizar, em simultâneo, as interseções sistémicas que se estabelecem entre as desigualdades de classes e outras

desigualdades — designadamente as interseções entre desigualdades de classe, género e raciais (Massey, 2007) ou as interseções entre desigualdades de classes sociais e um conjunto multidimensional ainda mais abrangente de desigualdades vitais, existenciais e de recursos (Therborn, 2013).

Análises como as de Crompton (2003) ou de Frazer (2008) são particularmente esclarecedoras, revelando as interseções de desigualdades que ocorrem entre classe e género na sociedade contemporânea. Em termos mais gerais, Nancy Frazer argumenta também, com propriedade, que a compreensão das sociedades atuais implica analisar desigualdades múltiplas e interseções entre elas, designadamente entre desigualdades socioeconómicas, socioculturais e sociopolíticas.

Boa parte da análise sociológica, aliás, em vez de conceções redutoras e unilaterais, tem evidenciado a importância das interseções de desigualdades na sociedade contemporânea. Estas interseções envolvem desigualdades de classes e outras desigualdades relevantes, sejam desigualdades distributivas (nomeadamente as desigualdades de rendimento, riqueza, educação e poder), sejam outras desigualdades categoriais (desigualdades de género, etárias, étnico-raciais, estilo de vida, etc.).

As análises que se seguem procuram, precisamente, dar conta das desigualdades de classes na sociedade portuguesa atual e no seu contexto europeu, examinando as respetivas interseções com um conjunto vasto de outras dimensões estruturais de desigualdade, algumas mais especificamente intrínsecas à esfera socioprofissional e outras extrínsecas mas que estão profundamente interligadas com elas.

Análise das classes sociais: modelo teórico e operativo

A análise das desigualdades de classes sociais tem sido desenvolvida em Portugal por um conjunto alargado de investigadores, de várias gerações académicas e vários centros de investigação em ciências sociais. Entre muitos outros, refiram-se alguns trabalhos recentes muito relevantes sobre os burgueses (Louçã *et al.*, 2014), a classe média (Estanque, 2017) e as classes populares (Lopes *et al.*, 2017).

Na presente investigação das desigualdades de classe e respetivas interseções com outras desigualdades, no conjunto da Europa e em particular em Portugal, usamos como instrumento teórico-operatório a matriz de classes ACM (proposta por J. F. Almeida, A. F. Costa e F. L. Machado), com operacionalização atualizada por Rosário Mauritti (Almeida *et al.*, 1994; Costa, 1999; Mauritti *et al.*, 2016). Uma parte significativa da produção sociológica em Portugal sobre classes sociais tem vindo a utilizar a tipologia ACM de lugares estruturais de classes. A tipologia tem sido igualmente utilizada em publicações internacionais, nomeadamente em Costa *et al.*, 2002, Martins *et al.*, 2005, Almeida *et al.*, 2006, Martins *et al.*, 2007, Costa *et al.*, 2009, Mauritti e Martins, 2009, Antunes, 2011, Carmo e Nunes, 2013, Carmo *et al.*, 2015, Mauritti *et al.*, 2016).

A análise das classes sociais não se reduz às vertentes estruturais (divisão social do trabalho e lugares de classe; preenchimento desses lugares e trajetórias

sociais). Abrange também vertentes culturais (mapas cognitivos de classes; identidades de classe) e agenciais (estilos de vida; ação coletiva). Todas estas vertentes são relevantes e estão interrelacionadas, embora muitas vezes sem sobreposição direta, linear ou imediata entre si. A tipologia ACM é um instrumento de análise de estruturas de classes. Para a captação e interpretação das outras vertentes das classes sociais importa recorrer a outras ferramentas teóricas e metodológicas e a outras fontes empíricas.

A vertente estrutural, contudo, constitui referência fundamental na análise sociológica das desigualdades de classes sociais. O presente estudo situa-se nesse plano, apresentando contributos principalmente para a análise das estruturas atuais das desigualdades de classes na Europa e, particularmente, em Portugal.

Em termos de operacionalização, a tipologia ACM de classes sociais integra matricialmente, como variáveis principais, a situação na profissão (patrão, trabalhador independente, trabalhador assalariado) e a profissão (grandes grupos de profissões ISCO 2008 (International Standard Classification of Occupations, 2008), incluindo dimensões de qualificação profissional e posição hierárquica no trabalho) (quadro 4.3). Desse modo, incorpora dimensões analíticas e critérios classificatórios que se encontram centralmente na obra de sociólogos de referência na análise de classes sociais, como Bourdieu (1979), Goldthorpe (1980), Wright (1997) e Savage (2015).

A tipologia ACM possui um conjunto de propriedades conceptuais e operacionais: integra dimensões teóricas que são fundamentais na análise de classes no quadro societal contemporâneo; possibilita a comparação com outras tipologias classificatórias de referência neste domínio, facilitando a crítica e a acumulação científica; permite recorrer a dados empíricos tanto de estatísticas institucionais como de inquéritos de investigação; é uma classificação muito compacta, proporcionando a análise de comparações de larga escala, nomeadamente internacionais; admite versões mais finas da tipologia, aplicáveis a problemas analíticos e contextos empíricos específicos, mantendo consistência com a matriz conceptual de base.

Classes sociais e desigualdades de género na Europa

A estrutura de classes no âmbito europeu tem vindo a ser analisada sociologicamente ao longo das últimas duas décadas (Costa *et al.*, 2000; Costa *et al.*, 2007; Almeida, 2013; Mauritti *et al.*, 2016). Uma perspetiva sobre as estruturas de classes sociais na Europa e as interseções entre classe e género encontra-se no quadro 4.1, abrangendo 25 países europeus. A análise foi realizada incidindo sobre a população ativa dos 25 aos 64 anos, recorrendo aos dados disponíveis no European Social Survey.

Uma primeira constatação: no espaço social europeu, cerca de 50% da população ativa é composta por duas classes assalariadas de base — os operários (O), cerca de 20%, e os empregados executantes (EE), perto de 30%. Embora se localizem ambas na base assalariada da estrutura social europeia, ocupam lugares diferentes na organização social do trabalho e diferenciam-se na atividade profissional

que realizam: uns na produção industrial, oficial, de estaleiros e transportes; os outros em atividades de serviços, comerciais e administrativas.

Estas duas classes sociais têm também histórias sociais distintas. Nomeadamente, no último meio século, com as reestruturações tecnológicas e a deslocalização mundial de sectores industriais, verificou-se um decréscimo dos O na Europa. Em simultâneo, com a expansão dos sistemas administrativos, do consumo de massas e dos serviços pessoais, assistiu-se a um crescimento dos EE. Além disso, são categorias sociais com composição de género contrastante — a primeira sobretudo masculina e a segunda predominante feminina.

No entanto, ambas são assalariadas de base, em geral sem qualificações elevadas nem posição hierárquica média ou superior nas organizações (exceto uma pequena parte que desempenha funções de primeiro enquadramento, junto à execução direta). Acresce que, em termos de relações interpessoais e familiares, tendem a estabelecer laços próximos e apresentam cada vez mais condições sociais de existência semelhantes.

Há meio século, os EE eram entendidos por muitos autores como parte — a parte inferior — de uma nova classe média assalariada de “colarinho branco” (C. Wright Mills, 1951) ou de uma “nova pequena burguesia” (N. Poulantzas, 1974; P. Bourdieu, 1979). Em contraposição, E. O. Wright (1997) tem defendido a não distinção entre EE e O, constituindo uma única “classe trabalhadora”. No entanto, os traços estruturais acima referidos acerca da atualidade europeia parecem conduzir, mais apropriadamente, a outra concetualização: por um lado, à caracterização dos O e dos EE como dois lugares de classe distintos; por outro lado, à localização de ambos na base assalariada da estrutura de classes contemporânea.

Com situação diferente, quer em termos de posição relacional na estrutura de classes, quer em termos de volume na população ativa europeia, encontra-se a categoria social dos trabalhadores independentes (TI). Realizam atividades profissionais por conta própria, com estatuto jurídico independente, sem empregados (quando muito um ou outro aprendiz ou colaborador familiar). Dito de outro modo, não são assalariados nem assalariam outros. Em geral, possuem capitais económicos e recursos escolares relativamente baixos.

Há meio século, eram bastante mais numerosos na Europa, mas a sua presença numérica na estrutura social diminuiu acentuadamente. A quebra maior ocorreu nos camponeses, ou agricultores independentes, associada às transformações económicas e sociais da agricultura e do mundo rural. Além destes, os TI são sobretudo pequenos comerciantes, artesãos e prestadores de serviços. Hoje em dia, representam no conjunto cerca de 5% a 6% da população ativa europeia.

Nessa altura anterior, eram designados, na bibliografia especializada, como “pequena burguesia” ou “pequena burguesia tradicional”. Atualmente a noção tem conotações algo anacrónicas, embora continue a ser usada por alguns. Em todo o caso, os TI situam-se numa localização intermédia da estrutura de classes. Por um lado, possuem atributos de propriedade e independência no trabalho, em parte análogos aos da classe empresarial e proprietária, embora em

Quadro 4.1 Classes sociais e género (Europa)

Países	Classes sociais e género (% em linha)														
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais			Profissionais técnicos e de enquadramento			Trabalhadores independentes			Empregados executantes			Operários		
	HM		H	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alemanha	13,1	18,0	8,0	31,8	25,2	38,6	3,4	2,8	3,9	30,7	18,4	43,4	21,0	35,5	6,1
Áustria	10,3	12,2	8,5	31,0	32,0	30,0	4,0	4,6	3,5	34,9	18,0	51,6	19,7	33,3	6,5
Bélgica	16,2	20,6	12,0	35,9	31,6	40,1	3,2	3,9	2,5	26,9	12,7	40,5	17,8	31,2	5,0
Bulgária	10,3	12,8	7,8	21,9	17,6	26,2	5,2	6,0	4,4	31,6	21,4	41,8	31,0	42,2	19,8
Chipe	14,2	20,6	7,8	22,9	21,6	24,3	7,0	8,5	5,4	37,6	21,6	53,5	18,3	27,7	9,0
Dinamarca	12,2	16,1	8,5	35,7	31,0	40,1	2,6	3,6	1,6	30,7	18,1	42,7	18,9	31,1	7,2
Esllováquia	11,8	13,2	10,4	21,2	16,1	25,9	3,9	5,7	2,3	29,7	17,8	40,9	33,4	47,2	20,4
Eslónia	12,2	16,4	7,8	34,3	29,2	39,7	4,4	5,9	2,7	21,7	12,9	31,0	27,4	35,5	18,8
Espanha	12,9	16,4	9,3	29,6	25,6	33,8	6,8	7,1	6,5	31,4	20,6	42,6	19,3	30,4	7,8
Estónia	21,7	26,6	17,3	27,6	18,2	36,1	2,3	2,4	2,3	21,5	9,3	32,3	26,9	43,5	12,0
Finlândia	10,3	12,6	7,9	38,2	35,5	40,9	5,7	7,1	4,3	26,1	11,7	40,8	19,7	33,1	6,0
França	8,0	10,6	5,5	33,0	36,1	30,1	3,5	4,2	2,8	32,6	16,3	48,0	22,9	32,7	13,6
Holanda	18,1	25,9	10,4	34,6	32,4	36,7	4,2	3,8	4,6	29,5	16,0	42,6	13,6	21,9	5,6
Hungria	11,0	13,4	8,7	24,3	20,0	28,3	2,2	2,6	1,8	26,2	11,9	39,5	36,3	52,1	21,6
Irlanda	14,7	19,0	10,6	29,5	22,9	35,8	5,7	9,9	1,7	32,4	17,2	46,7	17,8	31,1	5,2
Islândia	22,4	27,9	17,0	35,0	30,2	39,8	6,3	8,0	4,6	22,1	9,5	34,8	14,1	24,4	3,8
Itália	15,9	18,4	12,9	27,8	22,5	34,2	7,8	7,7	8,2	23,3	15,2	32,0	25,2	36,1	12,7
Lituânia	10,2	14,4	6,6	21,2	11,1	30,0	6,8	7,2	6,4	29,2	15,0	41,6	32,5	52,3	15,4
Noruega	16,2	19,5	12,8	40,5	38,5	42,6	3,7	5,2	2,1	27,7	16,2	39,5	11,9	20,6	3,1
Polónia	14,6	16,4	12,9	24,9	22,7	27,1	9,5	10,5	8,5	22,2	10,5	33,9	28,8	39,9	17,6
Portugal	10,1	10,2	9,9	20,8	21,9	19,7	6,2	5,5	6,9	29,0	19,7	37,7	34,0	42,7	25,7
Reino Unido	15,8	16,4	15,3	31,8	31,8	31,8	6,9	9,9	4,1	31,7	19,2	43,3	13,8	22,7	5,6
Rep. Checa	10,6	11,4	9,8	28,7	27,5	29,9	6,1	8,5	3,9	28,3	14,3	41,6	26,2	38,2	14,8
Suécia	14,2	19,1	9,1	39,5	34,6	44,4	2,7	3,5	1,9	29,1	19,6	38,8	14,5	23,1	5,8
Suíça	18,9	22,8	15,2	37,8	37,1	38,4	4,6	3,4	5,7	23,1	12,4	33,3	15,7	24,3	7,4
Total	13,3	16,4	10,3	30,5	27,7	33,3	5,5	6,2	4,8	29,0	16,7	41,3	21,7	33,0	10,3

Fonte: ESS 2014. Bulgária, Chipe, Islândia, Itália e Eslováquia: ESS 2012.

muito pequena escala. Por outro lado, apresentam atributos de trabalho executante direto, qualificações não superiores e condições de vida relativamente contidas, com proximidade dos O e EE.

Os profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) situam-se também numa localização intermédia da estrutura de classes europeia, mas de carácter distinto da anterior. Diferentemente dos TI, os PTE são assalariados. Diferentemente dos O e EE, os PTE, em termos modais, possuem formação escolar superior, desempenham atividades profissionais de qualificação média ou elevada e exercem funções de enquadramento na hierarquia intermédia ou superior (exceto na direção de topo) das organizações estatais e empresariais.

Este lugar de classe é, porventura, a mais nítida expressão de tendências de recomposição social correlativas quer do desenvolvimento do Estado social (sistemas públicos alargados de educação, saúde e proteção social), quer do surgimento da chamada sociedade de conhecimento, qualificada e pericial. Essas tendências intensificaram-se transversalmente ao todo europeu, designadamente desde a segunda metade do século XX, embora a ritmos e níveis diversos consoante os países. Este lugar de classe (PTE) inclui hoje, sensivelmente, 30% dos cidadãos europeus de ambos os sexos.

A análise da figura 8.1 confirma a relevância crescente destes posicionamentos sociais de classe que se caracterizam simultaneamente pela condição assalariada, pela posse de credenciais escolares e qualificações profissionais elevadas e ainda, em grande parte, pela posição hierárquica intermédia nas organizações. Os dados da figura, reportados ao âmbito europeu, evidenciam que os PTE são a única categoria que, de forma consistente, vê a sua presença numérica consolidar-se. Esse crescimento, aliás, foi bastante rápido. Um quarto de século antes, os PTE ainda eram apenas 15%, cerca de metade do que representam atualmente no espaço social europeu.

A respeito deste lugar de classe, alguns sociólogos de referência neste domínio usaram no último meio século a designação de classe média de “colarinho branco” (C. Wright Mills), “nova pequena burguesia” (P. Bourdieu) ou “lugares contraditórios de classe” (E. O. Wright). Os dois primeiros, como vimos, englobavam nessas categorias os EE e os PTE, enquanto o terceiro referia-se no essencial aos PTE (este autor inclui os EE na “classe trabalhadora” e, por outro lado, usa também o conceito de “lugares contraditórios de classe” não só para os PTE mas também a respeito dos “pequenos empresários”, localizados entre os “capitalistas” e a “pequena burguesia”).

Na perspetiva que se tem vindo aqui a expor, hoje parece ter mais correspondência com as mudanças estruturais observáveis na sociedade atual (pelo menos no contexto social europeu) caracterizar os PTE como uma das duas classes médias da atual estrutura social: um lugar estrutural de classe média assalariada detentora de elevadas qualificações e posições hierárquicas intermédias — com uma configuração diferente de um outro lugar estrutural de classe média, os trabalhadores independentes (não assalariados) relativamente pouco qualificados (TI).

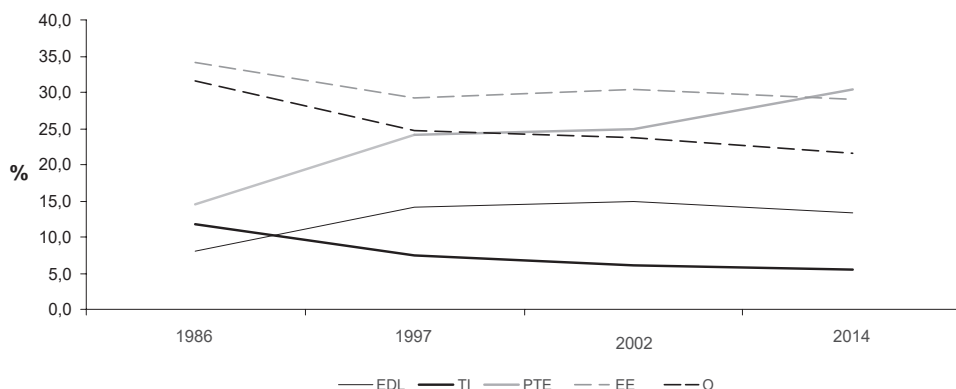


Figura 4.1 Classes sociais na Europa (1986-2014)

Fonte: ESS 2014.

Finalmente, no vértice da estrutura de classes, situam-se as posições sociais mais bem posicionadas nas vertentes de recursos, poderes e *status*, o lugar de classe dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL). Nele confluem e entrelaçam-se socialmente: os empresários, que têm propriedade e direção de organizações económicas privadas; os dirigentes, isto é, profissionais assalariados que ocupam cargos de topo quer dos organismos do Estado quer das empresas; os profissionais liberais, que exercem atividade de forma juridicamente independente, sendo altamente qualificados e com rendimentos e prestígio social elevados.

Na bibliografia de referência, são usadas relativamente a esta categoria social designações como “burguesia”, “elite” ou “classe dominante”. Cada um destes termos implica especificações analíticas e conotações interpretativas diversas, embora partilhem em grande parte um mesmo significado geral relativo ao topo da estrutura social. No espaço social europeu atual, os EDL representam cerca de 13% da população ativa. Importa considerar, no entanto, que cerca de dois terços são de facto pequenos empresários, situação social que dificilmente se poderia considerar como burguesia, elite ou classe dominante. Muitos destes últimos aproximam-se provavelmente mais, em termos de relações estruturais e condições sociais de existência, dos trabalhadores independentes (TI).

Atendendo às composições de género, a análise do quadro 4.1 evidencia protagonismos que são transversais ao espaço europeu como um todo. Os homens surgem associados de forma mais incidente do que as mulheres a lugares de liderança económica e autoridade hierárquica de topo (EDL), bem como ao trabalho manual, a título independente ou em assalariamento, nas atividades de produção fabril, oficial, estaleiro e transporte (TI e O). Quanto ao segmento feminino, com concentração clara no trabalho por conta de outrem, localiza-se de forma prevaiente nas categorias que envolvem as atividades intelectuais e científicas (PTE) e no assalariamento de base nas atividades administrativas, comerciais e de serviços pessoais variados (EE).

Nestes padrões de distribuição de mulheres e homens na estrutura social do espaço europeu, desenham-se assim condições de vida e sistemas de oportunidades, em termos de autonomia e participação social, que são atravessados por desigualdades sociais onde classe e género se intersejam mutuamente.

Não obstante este panorama, dando conta das desigualdades de classe e género e, por conseguinte, das condições de vida e ação com elas relacionadas nesse espaço social europeu como um todo, os dados apresentados no quadro 4.1 evidenciam, também, algumas assimetrias significativas entre países.

Desde logo, essas assimetrias são muito evidentes quando se analisam as distribuições relativas às duas categorias de assalariados de base — os empregados executantes (EE) e os operários industriais (O). Essas categorias detêm ainda hoje uma expressão bastante significativa nas estruturas socioprofissionais do conjunto europeu. Contudo, a análise de cada país dá conta de configurações nacionais diversas, ora de pendor mais industrial, sobretudo prevalecente em alguns contextos da Europa central e de leste, ora de terciarização dependente e pouco qualificada, nomeadamente em casos da Europa do sul.

Quanto à categoria mais diretamente protagonista da modernização avançada e da sociedade de conhecimento, os PTE, também se desenham configurações de desigualdade bastante distintas entre países. É possível destacar, por exemplo, quer alguns países da Europa do sul e da Europa de leste onde o peso desta categoria social é comparativamente mais fraco (embora em crescimento), quer países da Europa nórdica e central que se caracterizam pela presença muito forte dos PTE na estrutura social.

Classes sociais e desigualdades em Portugal

Como se viu no ponto anterior, a estrutura de classes da sociedade portuguesa atual apresenta traços gerais que, no seu conjunto, caracterizam igualmente a estrutura de classes europeia no início do século XXI.

No entanto, apresenta também especificidades significativas no contexto europeu, das quais é possível dar conta com algum pormenor. Além disso, uma análise mais fina permite examinar um conjunto de outras desigualdades sociais que estabelecem interseções relevantes com as desigualdades estruturais de classe ou que as especificam em algumas dimensões complementares.

O quadro 4.2 condensa um conjunto de indicadores relativos, quer à estrutura de classes na sociedade portuguesa atual, quer à sua inter-relação com outras dimensões de desigualdade, designadamente sociodemográficas, educativas, profissionais e económicas.

Quadro 4.2 Classes sociais em Portugal: caracterização sociodemográfica, educativa, profissional e económica

Indicadores de caracterização sociodemográfica, educativa, profissional e económica		Classes sociais e género (% em coluna)															
		Empresários, dirigentes e profissionais liberais			Profissionais técnicos e de enquadramento			Trabalhadores independentes			Empregados executantes			Operários			Total
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
Grupos etários	25 a 34 anos	26,0	30,6	21,6	21,5	20,8	22,2	13,6	26,3	7,7	18,7	28,6	13,7	24,9	22,8	27,4	21,2
	35 a 54 anos	58,9	61,1	56,8	61,1	59,7	62,5	54,5	42,1	61,5	58,4	54,3	60,4	60,0	59,7	61,1	57,3
	55 a 64 anos	15,1	8,3	21,6	17,4	19,5	15,3	31,8	31,6	30,8	23,0	17,1	25,9	15,1	17,4	11,6	21,6
Níveis de escolaridade*	Básico	36,1	44,4	27,0	10,8	17,1	4,2	75,6	73,7	76,9	58,7	53,0	61,4	76,7	80,1	71,0	55,1
	Secundário	18,1	19,4	16,2	15,5	26,3	4,2	22,2	26,3	19,2	32,5	36,4	30,7	21,7	19,9	24,7	22,1
	Superior	45,8	36,1	56,8	73,6	56,6	91,7	2,2	—	3,8	8,7	10,6	7,9	1,7	—	4,3	22,8
Trabalhadores na organização*	Até 10	76,7	83,3	70,3	17,4	18,4	16,9	100,0	100,0	100,0	44,9	33,3	50,7	35,8	42,0	26,6	42,5
	10 a 24	11,0	8,3	10,8	20,1	19,7	19,7	—	—	—	17,4	16,7	17,9	23,9	24,0	23,4	18,2
	25 a 99	1,4	—	2,7	30,9	30,3	32,4	—	—	—	19,3	24,2	17,1	19,3	14,7	26,6	18,7
Filiação sindical*	100 a 499	8,2	2,8	16,2	22,8	21,1	25,4	—	—	—	12,1	16,7	9,3	14,8	16,0	12,8	14,3
	500 ou mais	2,7	5,6	—	8,7	10,5	5,6	—	—	—	6,3	9,1	5,0	6,2	3,3	10,6	6,2
	Com funções de enquadramento*	59,7	75,0	43,2	48,0	55,8	39,7	8,9	15,8	3,8	21,1	29,0	17,1	24,1	30,2	13,7	31,1
Tipo de contrato*	Sem termo	76,9	60,0	88,9	75,2	79,2	69,9	—	—	—	65,4	76,8	59,3	66,0	65,1	68,1	67,2
	Termo certo/incerto	7,7	—	11,1	20,1	19,5	21,9	33,3	—	50,0	24,0	17,4	27,1	20,9	17,4	26,6	21,7
	Sem contrato	15,4	40,0	—	4,7	1,3	8,2	66,7	100,0	50,0	10,6	5,8	13,6	13,1	17,4	5,3	11,1
Filiação sindical*	Sim, atualmente	13,7	14,3	13,5	18,1	16,9	19,4	—	—	—	11,5	18,8	7,2	4,1	4,0	3,2	9,4
	Sim, previamente	9,6	2,9	13,5	20,1	19,5	20,8	2,2	5,3	—	7,2	5,8	7,9	11,8	10,1	14,7	11,0
	Não	76,7	82,9	73,0	61,7	63,6	59,7	97,8	94,7	100,0	81,3	75,4	84,9	84,1	85,9	82,1	79,6
Total (% linha)	Por classe e sexo	10,1	10,2	9,9	20,8	21,9	19,7	6,2	5,5	6,9	29,0	19,7	37,7	34,0	42,7	25,7	100,0
	Por sexo	100,0	49,3	50,7	100,0	51,3	48,7	100,0	42,2	57,8	100,0	33,0	67,0	100,0	61,1	38,9	100,0
(valores médios)																	
Tempo trab./sem	Horas contratadas	39,5	39,53	34,12	37,1	37,11	35,66	45,2	45,18	40,56	39,7	39,72	37,41	40,4	40,37	38,13	39,7
	Horas trabalho reais	43,5	43,53	43,78	38,1	38,06	39,89	48,1	48,24	48,67	43,6	43,62	37,45	46,0	46,05	41,51	43,7
Rendimentos	Valor médio anual, PPS	15637	13255	18047	19460	20137	18706	7372	7178	7503	10956	11916	10522	9175	9437	8773	12476
	Coefficiente variação	60,7	79,8	42,6	58,7	64,4	50,5	53,5	60,4	50,1	78,2	53,0	89,3	58,8	58,3	59,6	74,5

Nota: *Qui-quadrado significativo p. < 000.

Operários (O)

Na sociedade portuguesa atual, a categoria social dos operários (O) tem uma presença bastante significativa na estrutura de classes (34,0%), sendo muito mais numerosa em termos percentuais do que a média europeia (21,7%). É uma classe social com composição claramente mais masculina (61,1%) do que feminina (38,9%). Os homens localizados neste lugar de classe representam pouco menos de metade da população ativa masculina do país (42,7%). Pelo seu lado, as mulheres que se localizam neste lugar de classe, se bem que bastante menos do que os homens, representam mesmo assim cerca de um quarto da população ativa feminina do país (25,7%). Ainda em termos demográficos, é uma categoria social um pouco mais jovem do que a média da população ativa.

No plano dos recursos educativos, os O são bastante desprivilegiados. Mais de três quartos têm apenas o ensino básico (no segmento masculino, chegam aos 80%). Quase nenhuns conseguiram a possibilidade de obter o ensino superior. Só cerca de 20% obtiveram o ensino secundário (um pouco mais na componente feminina, cerca de 25%). É uma das classes sociais que mais tem sofrido dos antigos défices educativos do país, apesar da recuperação a este respeito nas últimas décadas.

Para além da sua localização na base assalariada da estrutura de classes, os O evidenciam no domínio profissional um conjunto de características específicas. Desde logo, a sua composição profissional concentra-se nos trabalhadores especializados que operam com ferramentas e máquinas na indústria, nos estaleiros e nos transportes (quadro 4.4). Incluem também um segmento de trabalhadores manuais com atividades muito pouco qualificadas, envolvendo grande precariedade e remunerações muito baixas (aliás, neste caso, um segmento mais feminizado). Incluem ainda um segmento de operários agrícolas (neste caso, mais masculinizado), que hoje em dia é muito reduzido face ao grande volume de população ativa que representavam no início da segunda metade do século XX.

Quanto à dimensão das organizações em que trabalham (em termos de número de trabalhadores dessas organizações), os O distribuem-se de forma semelhante à da população ativa como um todo. Ainda no plano organizacional, só cerca de um quarto tem funções de enquadramento, de primeira linha. Neste aspeto evidencia-se uma desigualdade de género bastante significativa, havendo muito menos mulheres operárias investidas em funções de primeira chefia.

Os O são uma das classes sociais cujos rendimentos médios são mais baixos, apenas um pouco acima dos rendimentos médios auferidos pelos TI. É também uma das categorias socioprofissionais que, em média, mais horas trabalham semanalmente (novamente apenas abaixo dos TI). Convém registar, além disso, que se verifica uma grande dispersão de remunerações e tempos de trabalho (o que ocorre também, aliás, noutras categorias). Entre outras consequências, essa dispersão indicia que a fração menos remunerada dos O tem condições de existência social muitíssimo difíceis. Acresce ainda que, em média, existe uma desigualdade salarial a desfavor das mulheres operárias (o mesmo acontece ao longo de quase toda a estrutura social). Em paralelo, os homens apresentam, em média, horários de trabalho ainda mais pesados.

Nestas duas vertentes, manifestam-se interseções de desigualdades entre classe e género. Destacam-se a este respeito, por um lado, as práticas salariais de carácter discriminatório contra as mulheres que ainda vigoram no contexto empresarial e, por outro lado, a divisão assimétrica das tarefas domésticas que ainda continua a sobrecarregar as mulheres no contexto familiar, repercutindo-se a jusante na sua atividade profissional (Guerreiro e Pereira, 2007). Apesar de algumas tendências de redução gradual destas discriminações e assimetrias, esses fatores manifestam-se ainda claramente no quadro de existência social dos O — tal como, aliás, noutras categorias de classe.

A respeito de mais estabilidade ou mais precariedade de emprego, cerca de dois terços dos O têm contrato de trabalho permanente (contrato sem termo), enquanto cerca de um terço estão em situação de precariedade (contrato a termo certo, contrato a termo incerto ou sem contrato). A taxa de precariedade é semelhante entre homens e mulheres, no entanto a proporção de trabalho sem contrato é maior no segmento masculino, enquanto no segmento feminino a proporção de contratos a termo certo ou incerto é claramente mais elevada.

Como referido desde início, esta análise de classes e interseções de desigualdades tem vindo a colocar-se fundamentalmente no plano estrutural. No entanto, pode ser interessante complementar a análise das características estruturais dos O com a referência a uma dimensão de ação coletiva, diretamente relacionada com as relações de trabalho: a pertença sindical.

O quadro 4.2 mostra que, diferentemente do que acontecia há algumas décadas, em que o operariado tinha um protagonismo sindical mais relevante, os O têm hoje no contexto nacional uma participação sindical muito pequena, ainda mais baixa nas mulheres operárias, e menor que noutras classes sociais. Confirma-se, aliás, que tem sido uma tendência decrescente: uma parte dos O já esteve filiada sindicalmente, tendo deixado essa pertença coletiva. Não é possível aqui analisar as causas desta quebra de sindicalização. No entanto, as consequências parecem bastante evidentes, na medida em que dificulta contrariar pela ação sindical as baixas remunerações, os elevados tempos de trabalho e a crescente precarização do emprego.

Empregados Executantes (EE)

Diferentemente da categoria anterior, os empregados executantes (EE) têm uma presença percentual na sociedade portuguesa muito semelhante à média europeia (29%). Também diferentemente da categoria anterior, é um lugar de classe preenchido por muito mais mulheres (67%) do que homens (33,0%). As mulheres localizadas neste lugar de classe representam mais de um terço da população ativa feminina do país (37,7%). Pelo seu lado, os homens que se localizam neste lugar de classe representam cerca de um quinto da população ativa masculina do país (19,7%). Os EE têm ainda, em termos demográficos, uma composição etária semelhante à média da população ativa. No entanto, a composição etária dos EE é bastante assimétrica entre homens e mulheres: os primeiros apresentam proporção maior na faixa dos 25-34 anos e as segundas evidenciam proporção maior na faixa dos 55-64 anos.

Os EE têm recursos educativos relativamente baixos, mas melhores do que os O (ou os TI). A maioria tem apenas o ensino básico, em torno dos 60%. Um pouco mais de 30% obtiveram o ensino secundário. Apenas perto de 10% conseguiram a possibilidade de obter o ensino superior. As taxas de ensino secundário e superior são um tanto mais baixas no segmento feminino dos EE. Tal como os O, é uma das classes sociais que ainda traduzem os défices educativos gerais do país, embora tenham sido um pouco mais abrangidos pelas dinâmicas de expansão e alongamento educativo prosseguidas nas últimas décadas.

Tal como os O, os EE localizam-se na base assalariada da estrutura de classes. Apresentam, porém, um conjunto de características distintas da categoria anterior, designadamente uma composição profissional constituída por trabalhadores de execução direta na realização de atividades de serviços, comércio e administrativas (quadro 4.4). Incluem também um segmento de trabalhadores com atividades de serviços muito pouco qualificadas, com grande precariedade e muito baixas remunerações — segmento que é sobretudo feminino.

Relativamente à dimensão das organizações em que trabalham (em termos de número de trabalhadores dessas organizações), os EE distribuem-se de forma semelhante à da população ativa como um todo. No plano organizacional, só um pouco mais de 20% dos EE têm funções de enquadramento, de primeira linha. Tal como acontece nos O, verifica-se uma desigualdade de género bastante significativa nos EE a este respeito, com proporção muito maior dos que exercem funções de primeira chefia no segmento masculino do que no segmento feminino.

Os EE têm rendimentos médios baixos, no entanto um pouco melhores do que os O (e os TI). O tempo médio de trabalho semanal dos EE é também menor do que os O (e os TI). Verifica-se também nesta categoria social uma grande dispersão de remunerações e tempos de trabalho. Em particular, essa dispersão atinge valores muito elevados nas remunerações da componente feminina dos EE. Por conseguinte, uma parte dessas mulheres, situadas na parte inferior do leque de rendimentos dos EE, tem condições de existência social muitíssimo carenciadas e difíceis, aplicando-se aqui considerações semelhantes às referidas a propósito dos segmentos menos remunerados das mulheres operárias (O), quanto a desigualdades de género no trabalho e na vida familiar.

A respeito de estabilidade ou precariedade do emprego, cerca de dois terços dos EE têm contrato de trabalho permanente (contrato sem termo), enquanto cerca de um terço estão em situação de precariedade (contrato a termo certo, contrato a termo incerto ou sem contrato). No entanto, a estabilidade de trabalho é muito maior entre os homens (76,8%) do que entre as mulheres (59,3%). Ou, visto da perspetiva inversa, a precariedade nos EE é muito maior entre as mulheres (mais de 40%, quase 15% sem qualquer contrato) do que entre os homens (cerca de 25%, com perto de 6% sem qualquer contrato).

Quanto à filiação sindical, os EE apresentam um nível de sindicalização claramente mais elevado do que os O. Dois dos fatores explicativos têm provavelmente que ver com a maior implantação sindical atual no setor público e com os recursos educativos um pouco maiores dos EE. Em geral, aliás, no contexto societal

contemporâneo, os recursos educativos parecem ter relação favorável com o maior envolvimento em práticas de ação coletiva (Nunes, 2013).

Trabalhadores Independentes (TI)

Os trabalhadores independentes (TI) constituem a categoria social menos numerosa na estrutura de classes na sociedade portuguesa atual (6,2%), ligeiramente maior do que a média do espaço europeu (5,5%).

Do ponto de vista demográfico, é uma classe social com presença um pouco mais feminina (57,8%) do que masculina (42,2%), com pesos relativos aproximados em ambos os segmentos de género, embora ligeiramente mais no segmento feminino (6,9%) do que no segmento masculino (5,5%). No espaço social europeu, no seu conjunto, a proporção de género é inversa, maior entre os homens (6,2%) do que entre as mulheres (4,8%). Quanto à composição etária, os TI evidenciam maior envelhecimento (menos jovens, mais velhos) face ao conjunto da população ativa portuguesa. Destaca-se, em particular, a proporção muito reduzida de mulheres na faixa 25-34 anos.

No plano educativo, os TI são bastante desprivilegiados, com perfil semelhante ao dos O. Três quartos dos membros desta categoria social não têm mais do que o ensino básico, menos de um quarto obtiveram o ensino secundário (um pouco mais no caso dos homens), e os que conseguiram a possibilidade de obter o ensino superior são quase residuais (algumas mulheres). Inserem-se no panorama educativo deficitário tradicional do país, apesar da recuperação neste domínio nas últimas décadas.

Os TI constituem um lugar de classe caracterizado por pequena propriedade e trabalho independente, com qualificações não muito elevadas ou mesmo muito baixas. Em termos de composição profissional, o maior contingente inclui trabalhadores independentes de serviços, comércio e administração com qualificações apenas de base, com grande incidência feminina (quadro 4.4).

Os TI incluem também outros três segmentos profissionais: por um lado, os trabalhadores independentes da agricultura (sobretudo homens); por outro lado, os trabalhadores independentes oficinais e artesanais (com maior proporção entre os homens do que entre as mulheres); finalmente, um segmento de trabalhadores muito pouco qualificados (homens e mulheres), dispersos em atividades de muito baixa qualificação, muito baixa remuneração e grande precariedade.

De acordo com a sua localização estrutural de classe, os TI realizam atividade profissional em unidades organizacionais unipessoais (quando muito com um ou outro aprendiz ou familiar), sem qualquer contrato de trabalho assalariado, nalguns casos com contrato de prestação de serviços.

Os TI são a classe social cujos rendimentos, em média, são mais baixos. São também aqueles que, em média, mais horas trabalham semanalmente. Em todo o caso, verifica-se entre eles uma grande dispersão de remunerações (presente também noutras categorias socioprofissionais), colocando uns em níveis de rendimentos um tanto mais elevados e outros em níveis muito baixos. Os segmentos dos TI que conjugam baixas qualificações, atividade precária e rendimentos muito baixos

têm condições sociais de existência muitíssimo agravadas, relegando qualquer conotação positiva atribuível à situação de independência no trabalho.

Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)

Ao contrário das outras categorias sociais até agora analisadas, os profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) têm uma presença percentual na sociedade portuguesa (20,8%) bastante mais reduzida do que a média europeia (30,5%). É certo que este lugar de classe tem vindo, nas últimas décadas, a aumentar quantitativamente na sociedade portuguesa. O mesmo acontece no espaço social europeu em geral, embora em patamares desiguais consoante os países.

Esse aumento quantitativo, aliás, é correlativo do significado social cada vez maior desta categoria social — numa sociedade de crescentes qualificações, permanente inovação tecnológica e impregnação social do conhecimento, nas diversas esferas institucionais e na vida quotidiana. Nesse sentido, os PTE podem ser entendidos como protagonistas centrais da modernidade avançada. Por isso, perante o contexto europeu geral, a menor presença relativa desta categoria na sociedade portuguesa é reveladora de défices de desenvolvimento e convergência.

Os PTE são uma classe social com peso semelhante de homens (51,3%) e mulheres (48,7%), e em cada um dos dois segmentos de género (21,9% no segmento masculino; 19,7% no segmento feminino). Por outro lado, têm um perfil etário semelhante ao da média da população ativa, exceto um menor envelhecimento no topo (na faixa 55-64 anos). Além disso, possuem um perfil educativo bastante mais elevado do que as outras classes sociais. Cerca de três quartos dos PTE possuem qualificações escolares de nível superior. No seu segmento feminino, as PTE com ensino superior ultrapassam mesmo os 90%.

Os PTE localizam-se na estrutura de classe como assalariados, com qualificações elevadas e, em muitos casos, com posição intermédia nas hierarquias organizacionais. Em termos de composição profissional, é uma categoria constituída por especialistas intelectuais e científicos e por técnicos e quadros intermédios (quadro 8.4). Por tudo isto, distinguem-se das categorias sociais assalariadas que se localizam na base da estrutura de classes, os EE e os O.

No plano organizacional, os PTE distribuem-se com menor incidência nas pequenas organizações e, em contrapartida, situam-se com maior incidência nas organizações médias ou grandes. Além disso, quase metade tem funções de enquadramento, nas hierarquias intermédias e superiores (exceto na direção de topo) das organizações. No entanto, verifica-se a este respeito uma desigualdade de género bastante acentuada nos PTE, com 55,8% dos homens a exercerem funções de enquadramento intermédio ou superior, enquanto nas mulheres a proporção é apenas de 39,7%.

Os PTE têm rendimentos médios bastante mais elevados do que as outras classes sociais, e mais elevados em média nos homens do que nas mulheres. Quanto às horas médias de trabalho semanal, tendem a ser um pouco menores do que nas outras classes. Nesta categoria social, como nas outras, verifica-se uma grande

dispersão de rendimentos e tempos de trabalho, sobretudo nos primeiros, e mais ainda no segmento masculino.

Apesar das qualificações e dos rendimentos referidos, cerca de um quarto dos PTE não deixam de trabalhar em condições de precariedade contratual, em níveis não muito diferentes das outras categorias assalariadas. Por outro lado, é claramente a categoria social com mais envolvimento sindical, atual ou anterior. Os mesmos fatores referidos no caso dos EE (qualificações elevadas; importância do setor público) aplicam-se aqui por maioria de razão.

Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL)

Os empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) têm um peso numérico relativamente reduzido na composição social da população ativa (cerca de 10%), inversamente aos elevados capitais, poderes e *status* que detêm na sociedade. No espaço social europeu, atingem um valor percentual um pouco maior (cerca de 13%).

No conjunto, esta categoria social tem uma proporção semelhante de homens (49,3%) e mulheres (50,7%). O mesmo acontece em cada um dos dois segmentos de género da população ativa, nos quais a proporção de EDL é também semelhante: 10,2% nos homens; 9,9% nas mulheres. No entanto, a composição de género é variável nas diversas componentes internas desta categoria social, tendo os homens mais peso nos empresários e nos dirigentes, enquanto a presença relativa de mulheres é maior nos profissionais liberais. A população masculina europeia inclui uma proporção maior de EDL (16,4%) enquanto a população feminina europeia apresenta uma proporção menor (10,3%). Quanto à composição etária, os EDL evidenciam uma distribuição não muito diferente do conjunto da população ativa portuguesa, embora um pouco menos envelhecida do que algumas outras categorias sociais. Deste ponto de vista, aproximam-se dos O e contrastam principalmente com os TI.

Do ponto de vista educativo, os EDL apresentam um perfil polarizado, com uma fração possuindo ensino superior (45,8%) e outra fração também bastante significativa tendo apenas o ensino básico (36,1%). O segmento feminino tem um perfil de qualificações mais elevado do que o masculino.

Os EDL constituem um lugar de classe caracterizado pela confluência de três vertentes estruturais: propriedade empresarial (com assalariados), direção de topo das organizações (públicas e privadas) e *status* profissional independente elevado. Em termos de composição profissional, incluem: dirigentes e diretores, profissionais intelectuais e científicos e técnicos e quadros intermédios com situação na profissão de patrões ou independentes; patrões com profissões de menores qualificações (quadro 4.4).

Cerca de três quartos dos EDL estão ligados a organizações com menos de 10 trabalhadores, distribuindo-se os outros pelos sucessivos escalões de dimensão organizacional mais elevada. A maioria (cerca de três quartos) caracteriza a sua relação com a atividade económica como de contrato sem termo. No entanto, no segmento masculino, a situação de sem contrato atinge os 40%, sobretudo patrões de muito pequenas empresas. Este valor, aliás, converge com a proporção bastante

maior dos EDL do segmento masculino nas organizações com menos de 10 trabalhadores.

As horas de trabalho manifestadas pelos EDL estão a par das médias da população ativa no seu todo. Pelo seu lado, a média dos rendimentos anuais dos EDL é bastante mais elevada do que a de grande parte das outras classes sociais, exceto os PTE. Em todo o caso, a dispersão dos rendimentos entre os EDL é muito grande, mais ainda no segmento masculino, no qual se verifica a maior dispersão de rendimentos em toda a estrutura social.

Encontra-se aqui, de novo, uma expressão da presença muito forte, nos EDL, dos muito pequenos patrões, em geral com rendimentos modestos. Tal como já acima se referiu a propósito no espaço social europeu, muitos destes últimos aproximam-se dos TI, em termos de relações estruturais e condições sociais de existência. Em contrapartida, os outros empresários, dirigentes e profissionais liberais, com rendimentos de escalões maiores ou mesmo muito mais elevados, constituem apenas cerca de um quarto dos EDL na estrutura de classes da sociedade portuguesa.

Conclusão

A concluir, três notas breves. Em primeiro lugar, encontra-se hoje — na sociedade portuguesa e, em geral, no espaço social europeu — uma estrutura de classes em que se destaca: uma maioria social constituída por duas categorias socioprofissionais assalariadas de base, isto é, pelos operários de indústria, oficinas, construção e transportes (O) e pelos empregados executantes de atividades de serviços, comércio e administração (EE); uma categoria socioprofissional com os menores efetivos, os trabalhadores independentes (TI), realizando atividades profissionais juridicamente autónomas, mas sem assalariados e com baixos capitais económicos e qualificacionais; a presença social crescente da categoria socioprofissional dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), assalariados com qualificações médias ou superiores, frequentemente também com posições intermédias ou superiores nas hierarquias organizacionais; e, finalmente, uma categoria socioprofissional localizada no vértice dos recursos e poderes (económicos, organizacionais e de *status*), composta por empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL).

Podemos identificar, assim, uma estrutura social constituída por duas classes populares (operários e empregados), duas classes médias (uma classe média independente e uma classe média assalariada e qualificada) e uma classe dominante (burguesia).

Convém assinalar, no entanto, que designações como estas últimas remetem não só para a caracterização analítica de lugares de classes mas também para dimensões socioculturais (representações e identidades de classes), dimensões de contextualidade situada (quadros de interação) e dimensões de ação coletiva (organizada e estratégica) — o que não foi objeto desta análise.

Por isso, são designações que podem reconfigurar-se com os tempos, os lugares, as representações e as situações, apresentando conotações variáveis. Não deixam de ter subjacente, porém, um quadro estrutural de lugares de classe. Nesse

sentido, recorreu-se aqui a uma terminologia socioprofissional, menos conotada com as referidas dimensões identitárias e praxiológicas. A caracterização dos lugares de classe constitui uma vertente apenas da análise sociológica das classes sociais, embora seja uma vertente relevante em si mesma e indispensável para as outras.

Em segundo lugar, a análise aqui apresentada não opta pela identificação de um “precariado” enquanto nova classe. Na verdade, as situações de precariedade na esfera profissional estão hoje a tornar-se cada vez mais proliferantes, com velhas e novas modalidades, e com tendência rápida de acentuação. É sem dúvida um fator importante de agravamento das desigualdades.

No entanto, não se trata de um lugar estrutural de classe mas de modalidades instáveis de relação dos agentes com os lugares de classe. Hoje a precariedade ocorre não só nos O e nos EE mas também nos TI e nos PTE, com formas e intensidades variáveis, e muito em particular nas faixas jovens. Na análise aqui apresentada foi possível evidenciar aspetos dessa precariedade — por exemplo nos contratos de trabalho a termo certo ou incerto, na pura e simples falta de contrato de trabalho, nas fracas qualificações, nos baixos rendimentos.

Em terceiro lugar, a análise apresentada permite evidenciar e interpretar a importância atual das desigualdades de classe na sociedade portuguesa e no contexto social europeu. A intensificação das desigualdades europeias combina dinâmicas de desigualdade entre países (divergência) e dinâmicas de desigualdade dentro dos países (polarização). Nestas duas vertentes, as desigualdades de classes são estruturantes.

Em simultâneo, estão no âmago de um feixe de interseções de desigualdades, tanto desigualdades categoriais (classes, géneros, países, tipos de contrato de trabalho, funções de execução, enquadramento ou direção) como desigualdades distributivas (idades, escolaridades, rendimentos, horas de trabalho, número de trabalhadores nas organizações). Este feixe de interseções de desigualdades está presente, de maneira nuclear, na intensificação atual das desigualdades na sociedade portuguesa e no seu contexto europeu.

Anexo

Quadro 4.3 Tipologia ACM de lugares de classe

Grupos de profissão (ISCO08 / CPP10)		Situação na profissão		
		Patrões	TPCP	TPCO
1	Representantes dos poderes legislativo e executivo, diretores e gestores executivos	EDL	EDL	EDL
2	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4	Pessoal administrativo	EDL	TI	EE
5	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	EDL	TI	EE
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	EDL	TI	O
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	EDL	TI	O
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	O
9	Trabalhadores Não Qualificados			
9.1	Pessoal de limpeza	EDL	TI	EE
9.2	Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	EDL	TI	O
9.3	Trabalhadores não qualificados da indústria extrativa, construção, indústria transformadora e transportes	EDL	TI	O
9.4	Assistentes na preparação de refeições	EDL	TI	EE
9.5	Vendedores ambulantes (exceto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	EDL	TI	EE
9.6	Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	EDL	TI	EE

Legenda: ISCO: International Standard Classification of Occupations; CPP: Classificação Portuguesa de Profissões; Situação na Profissão: TPCP — Trabalhadores por Conta Própria; TPCO — Trabalhadores por Conta de Outrem; Tipologia de lugares de classe: EDL — Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais; PTE — Profissionais Técnicos e de Enquadramento; TI — Trabalhadores Independentes; EE — Empregados Executantes; O — Operários

Quadro 4.4 Classes sociais, profissões e género (Portugal)

Grandes grupos de profissões	Classes sociais e género (% em coluna)															
	Empresários, dirigentes e profissionais liberais			Profissionais técnicos e de enquadramento			Trabalhadores independentes			Empregados executantes			Operários			Total
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
Dirigentes e diretores	34,2	30,6	37,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3,5
Especialistas intelectuais e científicos	34,2	33,3	35,1	68,0	50,6	86,3										17,6
Técnicos e chefias intermédias	11,0	11,1	10,8	32,0	49,4	13,7										7,8
Pessoal administrativo							4,4		7,7	27,9	36,8	23,7				8,3
Trab. dos serviços e comércio	9,6	5,6	13,5				44,4	27,8	57,7	44,7	50,0	42,4				16,6
Trab. da agricultura	1,4	2,8					20,0	33,3	7,7				5,7	8,7	1,1	3,3
Trab. da indústria e construção	8,2	16,7					8,9	22,2					44,9	44,7	45,3	16,6
Operadores máquinas e montagem							6,7		11,5				37,6	35,3	40,0	13,2
Trabalhadores não qualificados	1,4		2,7				15,6	16,7	15,4	27,4	13,2	33,8	11,8	11,3	13,7	13,0
Total	10,1	10,2	9,9	20,8	21,9	19,7	6,2	5,5	6,9	29,0	19,7	37,7	34,0	42,7	25,7	100,0

Fonte: ESS 2014.

Referências bibliográficas

- Almeida, J. A. (2013), *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Almeida J. F., F. L. Machado, e A. F. Costa (2006), "Social classes and values in Europe", *Portuguese Journal of Social Science*, 5 (2), pp. 95-117.
- Almeida, J. F., A. F. Costa, e F. L. Machado (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", em A. Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.307-330.
- Antunes, R. J. (2011), "The social space of health inequalities in Portugal", *Social Theory & Health*, 9 (4), pp. 393-409.
- Atkinson, A. B. (2015), *Inequality: What Can Be Done?*, Cambridge MA, Harvard University Press.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction*, Paris, Minuit.
- Carmo, R. M., M. Carvalho, e F. Cantante (2015), "The persistence of class inequality: the Portuguese labour force at the turn of the Millennium", *Sociological Research Online*, 20 (4), pp. 1-17.
- Carmo, R. M. e N. Nunes (2013), "Class and social capital in Europe", *European Societies*, 15 (3), pp. 373-387.
- Costa, A. F. (2008 [1999]), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta.
- Costa, A. F., F. L. Machado, e J. F. Almeida (2007), "Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional", em A. F. Costa, F. L. Machado e P. Ávila (orgs.), *Sociedade e Conhecimento — Portugal no Contexto Europeu*, vol. II, Lisboa, Celta, pp.5-20 [(2009), "Social classes and educational assets: a transnational analysis", em A. F. Costa, F. L. Machado e P. Ávila (eds.), *Knowledge and Society — Portugal in the European Context*, vol. II, Celta, Lisboa, pp.5-18].
- Costa, A. F., R. Mauritti, S. C. Martins, F. L. Machado, e J. F. Almeida (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43 [(2002), "Social classes in Europe", *Portuguese Journal of Social Science*, 1 (1), pp. 5-39].
- Crompton, R. (2003), "Class and gender beyond the 'cultural turn'", *Sociologia Problemas e Práticas*, 42, pp. 9-24.
- Dorling, D. (2017), *The Equality Effect*, Oxford, New Internationalist Publications.
- Estanque, E. (2017), "Onde pára a classe média?", *Sociologia Problemas e Práticas*, 83, pp. 37-54.
- Frazer, N. (2008), *Scales of Justice*, Cambridge UK, Polity Press.
- Goldthorpe, J., et al. (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Oxford University Press.
- Guerreiro, M. D. e I. Pereira (2007), "Women's occupational patterns and work-family arrangements: do national and organizational policies matter?", em R. Crompton, S. Lewis e C. Lyonette (eds.), *Women, Men, Work and Family in Europe*, Houndmills, Palgrave Macmillan, pp.171-189.
- Lopes, J. T., F. Louçã, e L. Ferro (2017), *As Classes Populares*, Lisboa, Bertrand.
- Louçã, F., J. T. Lopes, e J. Costa (2014), *Os Burgueses*, Lisboa, Bertrand.
- Massey, D. S. (2007), *Categorically Unequal*, Nova Iorque, Sage Russel.

- Martins, S. C., R. Mauritti, e A. F. Costa (2007), *Higher Education Students: Survey of Socio-Economic Conditions*, Lisboa, Directorate General of Higher Education.
- Martins, S.C., R. Mauritti, e A. F. Costa (2005), *Social and Economic Conditions of Students in Portugal*, Lisboa, Directorate General of Higher Education e CIES (edição em CD-ROM, 2005).
- Mauritti, R., S. C. Martins, N. Nunes, A. L. Romão, e A. F. Costa (2016), "The social structure of European inequality: a multidimensional perspective", *Sociologia Problemas e Práticas*, 81, pp. 75-93.
- Mauritti, R., e S. C. Martins (2009), "Higher education students: contexts and social origins", em A. F. Costa, F. L. Machado, e P. Ávila (eds.), *Knowledge and Society — Portugal in the European Context*, vol. II, Lisboa, Celta, pp. 81-97.
- Milanovic, B. (2016), *Global Inequality*, Cambridge MA, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Mills, C. W. (1951), *White Collar: The American Middle Classes*, Oxford, Oxford University Press.
- Nunes, N. (2013), *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Piketty, T. (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge MA, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Poulantzas, N. (1974), *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Seuil.
- Reich, R. B. (2015), *Saving Capitalism: For the Many, Not the Few*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf.
- Savage, M., et al. (2015), *Social Class in the 21st Century*, Londres, Pelican.
- Stiglitz, J. E. (2015), *The Great Divide*, W. W. Norton.
- Therborn, G. (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge UK, Polity Press.
- Tilly, C. (1998), *Durable Inequality*, Berkeley CA, University of California Press.
- Wright, E. O. (1997), *Class Counts*, Cambridge, Cambridge University Press.

Publicação Original

Costa, António Firmino da, e Mauritti, Rosário (2018), "Classes sociais e interseções de desigualdades: Portugal e a Europa", em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais: Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 109-130.
Republicado nesta obra com autorização.